

# Prefeitos defendem partilha da multa da repatriação em reuniões com ministro da Fazenda e presidente do STF



Gustavo Ramiere / GMF



Paulo Negreiros / FNP

Depois de se reunir com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 30 de novembro, prefeitos participaram de audiência com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, no dia 7 de dezembro, para tratar da partilha da multa da repatriação de recursos. **Págs. 4 e 5**

## PEC aprovada prevê novas regras para o pagamento de precatórios

**Conquista FNP** - O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 30 de novembro, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/16. O texto regula o pagamento de precatórios e permite a utilização de depósitos judiciais existentes em nome de municípios, estados e União. A busca por alternativas para o pagamento de precatórios é uma pauta antiga da FNP, que se mobilizou para aprovação da matéria. **Pág. 5**

## Anuário Multi Cidades aponta descompasso entre receita e despesas nos municípios

Os dados do Anuário Multi Cidades - Ano 12 indicam que os municípios destinaram para saúde, em 2015, R\$ 25,7 bilhões a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal, o que equivale a toda arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Além de dados sobre saúde, a publicação traz números sobre receitas e despesas em diversas áreas da administração pública. **Pág. 12**

## 70ª RG promoveu debates sobre o fechamento de contas e os desafios para as novas gestões



Douglas Oliveira / FNP

Prefeitos em fim de mandato se reuniram no dia 28 de novembro, em Campinas/SP. No dia 29, eleitos e reeleitos discutiram os desafios para a próxima gestão. As pautas integraram a agenda da 70ª Reunião Geral da FNP. **Págs. 2, 3, 6 e 7**

# { EDITORIAL }

## CARTA DE PREFEITAS E PREFEITOS DA 70ª REUNIÃO GERAL DA FNP REALIZADA EM CAMPINAS NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2016

A gravíssima crise econômica que atinge o país preocupa prefeitos e prefeitas que encerram seus mandatos e os eleitos e reeleitos que governarão as cidades de 2017 a 2020. Apesar de os municípios estarem economizando em custeio e pessoal, as acentuadas quedas de arrecadação das receitas públicas e das transferências governamentais têm causado desequilíbrios nas finanças municipais e comprometido os investimentos e os serviços essenciais à população. Dados do anuário Multi Cidades – Ano 12, lançado nesta segunda-feira, 28, em Campinas/SP, revelam com clareza o impasse que atinge os municípios.

Esta geração de governantes locais enfrenta o pior cenário das finanças públicas dos últimos tempos. Desafios dessa magnitude demandam propostas e soluções urgentes e estruturantes que envolvam uma atuação conjunta e coordenada entre municípios, estados e Governo Federal, conforme os preceitos de cooperação federativa estabelecidos na Constituição Federal. Destaca-se que desde o início desta crise, a Frente Nacional de Prefeitos tem prioritariamente defendido a adoção de medidas administrativas e legais que amenizem seus efeitos, seja no campo das receitas próprias municipais, seja na gestão do dia a dia das cidades. Dentre as sugestões, a Plenária de Prefeitos e Prefeitas elencou as seguintes:

**1. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF** é, inegavelmente, um avanço de transparência e zelo pelo controle dos gastos públicos. No entanto, a LRF traz lacunas e imperfeições que produzem ambiente de insegurança jurídica nas prestações de contas de fim de mandato, especialmente neste cenário de queda prolongada do PIB (Produto Interno Bruto).

O aprimoramento da redação de dispositivos da LRF é fundamental para a segurança jurídica dos três níveis de governo. A rigor, a inexistência da definição legal do termo “contrair obrigação de despesas”, previsto no artigo 42 da LRF, aliada a interpretações dissonantes nos diversos tribunais de contas dos estados a respeito deste dispositivo, tem gerado elevado grau de instabi-

lidade jurídico-institucional. O aperfeiçoamento das excepcionalidades previstas no artigo 66, para casos de crescimento real baixo ou negativo do PIB por período igual ou superior a quatro trimestres, também é fundamental. Apesar de amplo apoio obtido pela FNP junto ao Congresso Nacional para estes inadiáveis aperfeiçoamentos na LRF, o ministério da Fazenda colocou entraves ao avanço de uma proposta de superação dessas questões.

Além disso, é preciso disciplinar a contabilização de valores pendentes de repasses aos municípios, pelo governo federal e pelos estados, em final de exercício. E como medida estruturante e de preservação do equilíbrio fiscal, a FNP defende, ainda, a instalação urgente do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na própria LRF. O colegiado federativo será responsável pelo acompanhamento e avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalização da gestão fiscal visando à harmonização entes os entes federados.

2. Os municípios receberam em novembro, junto com o repasse do FPM, a parcela correspondente ao Imposto de Renda arrecadado no programa de repatriação de valores. No entanto, a FNP segue em busca da justa **distribuição dos valores da multa da repatriação**. Para isso, atua junto ao STF e na articulação dos municípios para que ingressem com ações na Justiça Federal local. Por meio de liminares, municípios de várias regiões do país já obtiveram sucesso e os valores em disputa têm sido depositados em juízo. A falta de diálogo e resistência em negociar por parte do governo federal impõe a mobilização de todos para garantir o equilíbrio federativo estabelecido pela Constituição Federal e o reconhecimento do direito dos municípios.

3. Quanto ao **pagamento de precatórios** e acesso aos depósitos judiciais, é fundamental mantermos a mobilização para garantir na íntegra a aprovação do texto da PEC 233/2016 no plenário da Câmara dos Deputados. A aprovação irá garantir o pagamento pelos entes públicos sem o estrangulamento das finanças e o compro-

metimento na prestação de serviços.

Recentes decisões do STF proferidas em reclamações de diversos municípios resguardam os efeitos positivos da sistemática de pagamento de precatórios, introduzida pela Emenda Constitucional nº 62, até 2020. Essas decisões permitem que os municípios mantenham o regime de pagamento estabelecido anteriormente, limitando o comprometimento da receita corrente líquida a percentuais que não prejudiquem o orçamento municipal, até que seja estabelecido o novo regime de pagamentos.

4. A governança dos serviços básicos é uma importante atribuição dos municípios e de grande impacto nos seus orçamentos. Na área da **Saúde**, os recursos são insuficientes para os encargos decorrentes de serviços de urgência e emergência que vêm sendo crescentemente assumidos pelos municípios. O anuário Multi Cidades demonstra que os municípios destinam, em média, em 2015, 23,3% das receitas vinculadas para a saúde. O mínimo constitucional exigido é de 15%. Esta diferença, que soma R\$ 25,67 bilhões, equivale à arrecadação de IPTU em todo o país, que, no mesmo ano, alcançou R\$ 27,43 bilhões.

As transferências do governo federal, por sua vez, não acompanham sequer a inflação e tampouco o crescimento da demanda, situação intensificada em momentos de crise econômica em razão da queda do número de pessoas com acesso a planos de saúde. Ressalta-se ainda a judicialização da saúde, que compromete fatia importante dos recursos e desestrutura o orçamento público.

Destaca-se ainda a impossibilidade legal de ressarcimento direto, a estados e municípios, pelo atendimento de usuários de planos de saúde na rede do SUS. Por isso os prefeitos defendem a aprovação, pelo Senado Federal, de proposta que descentraliza essa competência (PLS 308/2015).

A FNP, em articulação com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), tem mantido constante contato com o ministério da Saúde para garantir que os recursos relativos aos ser-

viços do Piso da Atenção Básica (PAB Fixo e PAB Variável) e do limite financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), prestados em 2016, sejam efetivamente repassados ainda neste ano. Além disso, é fundamental promover o diálogo nacional sobre o subfinanciamento da saúde e a melhoria da gestão no setor, para alcançarmos uma solução estruturante para a saúde pública.

5. No tema da mobilidade urbana, a instituição da **CIDE-Municipal** sobre os combustíveis (PEC 159/2007) é fundamental para a sustentabilidade financeira dos sistemas de transporte público. O financiamento da tarifa deve ser dividido por toda a sociedade, e não apenas pelos usuários. Com a possibilidade de os municípios poderem instituir a CIDE-Municipal dos combustíveis, que prevê controle social sobre seu uso, o valor da tarifa do transporte público pode ser mantido ou mesmo reduzido, sem comprometer gratuidades. E por entendermos que a decisão da implementação da CIDE-Municipal deva ser feita no âmbito de cada município, nas suas respectivas Câmaras de vereadores, a inclusão da emenda da CIDE na PEC 159/2007 e sua aprovação são fundamentais. Mediante lei aprovada na Câmara Municipal, cada comunidade poderá decidir democraticamente, ouvindo a população, a forma que irá financiar o transporte público local.

A recente redução do custo de combustíveis pela Petrobrás não foi repassada ao consumidor. A apropriação dessa margem pelas distribuidoras poderia ser base de uma fonte de financiamento da CIDE-municipal sem afetar os usuários de automóveis - a título de exemplo, 5% de aumento nos combustíveis comercializados nas cidades para veículos de passeio geraria R\$ 11 bilhões por ano de receita, o que permitiria uma redução da ordem de 28% nas tarifas dos ônibus urbanos. Mesmo considerando o eventual aumento dos combustíveis, o resultado final representaria uma deflação de 0,42%, em razão do peso da tarifa na composição dos índices inflacionários. De outra forma, simulações já realizadas para os casos de

São Paulo e Belo Horizonte indicam que um acréscimo de R\$ 0,10 no preço do combustível implicaria em uma redução no preço da passagem de R\$ 0,30.

6. Outro serviço público de grande impacto para as finanças municipais e para a vida dos cidadãos é a **limpeza urbana**. Levantamento aponta que os municípios apresentam até o momento um déficit de R\$ 7,56 bilhões com prestadores desse serviço, podendo chegar a R\$ 10 bilhões até o final do ano. Os desafios para o financiamento desse serviço básico e essencial passam obrigatoriamente por uma discussão do subfinanciamento da política nacional de resíduos sólidos e pelas parcerias entre os setores públicos e privados.

7. Para avançar na ampliação do financiamento e das ações públicas, considerando a drástica redução de recursos públicos para investimentos em infraestrutura, impõe-se a disseminação de **Parcerias Público-Privadas (PPPs)**. Para que as cidades de médio porte tenham acesso a essa alternativa, faz-se necessária a construção de instituições de apoio técnico, com parcerias envolvendo agências de fomento e bancos estatais. Para desenvolver esta agenda, a FNP promoverá

reuniões com bancos internacionais e nacionais de fomento ainda este ano.

Por outro lado, os municípios também podem fomentar o desenvolvimento urbano por meio dos instrumentos de financiamento previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que se revelam como possibilidades efetivas de ampliação dos investimentos nas cidades.

8. Outras pautas também demandam a articulação e o apoio do Governo Federal, em especial do ministério da Fazenda junto ao Congresso Nacional para a aprovação, ainda em 2016, das seguintes proposições:

- O repasse do **FEX** - Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações - relativo a 2016 (PLN 47/2016);
- A atualização do rol de serviços sujeitos ao **ISS** (Substitutivo ao PLS 386/2012);
- Securitização de dívida ativa (PLS 204/2016);
- Proibição de instituição de novos encargos aos municípios sem a previsão dos recursos correspondentes (**PEC 188/2016**).

9. **O equilíbrio das contas públicas** é uma responsabilidade que compete a todos os Poderes, e não exclusivamente

ao Executivo. No município, reconhecemos o papel fundamental do Legislativo para a consolidação e defesa da democracia e o exercício da cidadania. Ocorre que em 2015, segundo dados do anuário Multi Cidades, enquanto o gasto com o Legislativo caiu 1,3%, a queda das Receitas Correntes foi de 2,1%. Ainda em 2015 as despesas com as Câmaras Municipais totalizaram R\$ 14 bilhões, valor equivalente à metade de todo o IPTU arrecadado no país. Por isso, considerando-se o cenário econômico adverso e o clamor da população por austeridade, defendemos que o Poder Legislativo amplie seus esforços na contenção de gastos.

10. A FNP considera ainda que uma **transição** democrática e transparente é fundamental para a continuidade da prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos. O registro e ampla divulgação dos resultados alcançados pelas políticas públicas desenvolvidas pela gestão que se encerra garantem avanços, permitem aperfeiçoamentos e dificultam retrocessos. Por isso, divulgar os dados públicos e oferecer informações de qualidade sobre as gestões deverá ser uma busca constante de todos os governantes.

11. Como forma de promover e estruturar o ambiente de diálogo federativo, os prefeitos e prefeitas da FNP defendem a instituição de uma mesa federativa plena, que reúna a presidência da República, governadores e prefeitos, representados pelas entidades nacionais, que estabeleça um espaço de pactuação de decisões estratégicas relacionadas a temas comuns aos três entes, como o financiamento da saúde pública, a mobilidade urbana e metropolitana entre outros.

Para aprofundar os debates sobre os desafios para a sustentabilidade das cidades e a melhoria da qualidade de vida, a FNP realizou, em Campinas/SP, o lançamento das inscrições para o maior encontro sobre sustentabilidade urbana do país: o **IV Encontro Municipal dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável – EMDS**, evento bianual que será realizado em Brasília, no Estádio Nacional Mané Garrincha, entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, e terá como tema **“Reinventar o Financiamento e Governança das Cidades”**.

Campinas/SP, 29 de novembro 2016.  
Frente Nacional de Prefeitos

## Projeto de reforma do ISS aguarda votação no Senado

O Senado Federal finalizou no dia 16 de novembro a discussão do Projeto de Lei (PLS) 386/2012. A proposição, que prevê reforma do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), segue agora para votação dos destaques e do texto final.

Tramitando em regime de urgência, o projeto traz diversas intervenções do original, que continua considerações apresentadas pela FNP e a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), em 2013, ao senador Romero Jucá (RR). As modificações foram feitas após os senadores ouvirem outros setores da economia envolvidos e por

parte dos estados que consideraram de competência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) alguns serviços ali descritos.

Atualmente, o texto fixa em 2% a alíquota mínima do imposto, na tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os municípios, e amplia a lista de serviços alcançados pelo tributo.

Outra mudança aprovada é a cobrança do encargo em que a operação ocorreu, em casos específicos como cartão de crédito ou débito, e de *factoring* (aquisição de direitos de crédito) ou *leasing* (arrendamento mercantil). Isso significa que as operações podem ser tributadas pelo município

em que são feitas ou conforme o domicílio do tomador da operação, e não no município sede da administradora do cartão ou da empresa financeira. A regra geral para a cobrança do imposto é a cobrança no local do estabelecimento que presta o serviço.

Vários novos serviços foram incluídos pelo PLS na lista dos que podem ser tributados. Tanto a FNP quanto a Abrasf continuam trabalhando no texto para ampliar a autonomia municipal; diminuir a guerra fiscal entre os municípios; melhorar a distribuição do repasse constitucional do ICMS; e atualizar a lista de serviços descritos no texto final ■

### AGENDA

\*Agendas do IV EMDS em destaque

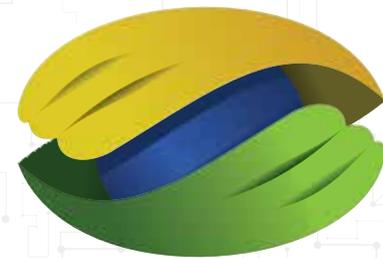
23 de janeiro de 2017	Reunião da Coordenação Política do IV EMDS	Brasília/DF	<a href="http://www.emds.fnp.org.br">www.emds.fnp.org.br</a>
30 de janeiro de 2017	3ª Reunião do Conselho Curador - IV EMDS	Brasília/DF	<a href="http://www.emds.fnp.org.br">www.emds.fnp.org.br</a>

A partir do dia 27 de janeiro até o dia 7 de abril de 2017 serão realizadas as Reuniões Preparatórias para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS).

As reuniões serão às sextas-feiras e distribuídas em todas as regiões do país. Confira o calendário no site [www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br) e mais informações na página 8.

## INSCREVA-SE NO SITE

[www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br)



### IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades

24 a 28 de Abril de 2017  
Estádio Mané Garrincha | Brasília - DF



# Prefeitos pedem à presidente do STF partilha da multa de repatriação



Ministra Cármen Lúcia recebeu delegação de prefeitos

“É possível que o judiciário tenha um ativismo, no sentido de ajudar que a vida dos prefeitos e municípios aconteça de uma forma mais serena neste momento de dificuldades”, afirmou o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, após reunião, no dia 7 de dezembro, com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia. A reunião, que contou com a participação de dirigentes da entidade, foi motivada pela busca dos prefeitos pelos repasses dos valores arrecadados com a multa do programa de repatriação.

De acordo com o relato dos prefeitos, a presidente do STF se mostrou

sensível para o tema, afirmando que deveria ser conduzido com cuidado e rapidez. “A ministra poderá ser uma aliada, dada a sua experiência e conhecimento de constitucionalista e de municipalista, como ela se revelou”, contou Lacerda.

Segundo o prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente da FNP, os municípios exigem os mesmos tratamentos oferecidos aos estados, que negociam a partilha da multa com o governo federal. “Os prefeitos também querem ser atendidos com a isonomia já estabelecida na Constituição Federal”, disse.

Ao lado de Lacerda e Vilela, par-

ticiparam da reunião os prefeitos de Palmas/TO, Carlos Amastha, e de Salvador/BA, ACM Neto, além de o vice-prefeito de Rio Branco/AC, Marcio Batista, e do Procurador-Geral de Belo Horizonte, Rúsvel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais.

## Judicialização

Até o fechamento desta edição além dos 27 municípios que já conseguiram liminares concedidas pela Justiça Federal, mais de 170 municípios solicitaram judicialmente a partilha dos valores da multa arrecadada com o programa de repatriação. Com a partilha, que governadores e prefeitos pedem, os municípios terão direito a um repasse adicional de R\$ 5,2 bilhões.

A FNP iniciou, no início de novembro, a mobilização para que os prefeitos judicializassem a questão. Além disso, no dia 9 do mês passado, entrou com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, no dia 10, solicitou, no STF, atuação como *Amicus Curiae* na Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, em que estados pediram liminarmente a inclusão do montante arrecadado pela

multa no Fundo de Participação dos Estados (FPE). A entidade também figura como *Amicus Curiae* na ação que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) ingressou no STF, a pedido do presidente da FNP.

## Valores já repassados

No dia 10 de novembro, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

finalizou o pagamento de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões, arrecadados com o Imposto de Renda pelos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Caso os municípios tenham sucesso em suas respectivas ações judiciais, receberão, a título de multa de repatriação, o mesmo valor que receberam de Imposto de Renda no processo ■

## Pauta municipalista continua em nova reunião no Supremo

Em reunião com dirigentes da FNP, no dia 7 de dezembro, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou uma nova audiência com prefeitos de capitais. Agendada para o dia 17 de janeiro de 2017, a reunião será para que o grupo discuta pautas de interesse dos municípios, que estão em andamento no STF.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, a ministra Cármen Lúcia é uma “interlocutora importante” para que os prefeitos possam discutir questões de interesse dos municípios, no âmbito do Poder Judiciário. “Há uma série de questões muito importantes para a vida dos cidadãos. Apesar de, em muitos casos, não implicarem em mais acesso ao orçamento federal, os prefeitos não encontram interlocutores no governo federal”, disse.

Para trabalhar na pauta dos municípios, a FNP vai reunir, em Brasília/DF, no dia 14 de dezembro, procuradores e secretários de finanças das atuais administrações e os que tomarão posse no início de janeiro.

# PLN que libera valor destinado ao Fex está na pauta do Congresso

Parlamentares poderão votar nas próximas semanas o Projeto de Lei (PLN) que abre crédito suplementar no valor de R\$ 1,94 bilhão destinado ao Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex). A FNP reforça, então, a importância de os prefeitos manterem a mobilização para que o PLN 47/2016, que está na pauta da Sessão Conjunta do Congresso Nacional, seja apreciado e aprovado na sessão.

Aprovado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), no dia 17 de novembro, o PLN 47/2016 abre um crédito suplementar de mais de R\$ 1 bilhão para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016. Esse é mais um passo para que seja viabilizado o repasse de R\$ 500 milhões do Fex aos municípios. O repasse poderá auxiliar no fechamento de contas dos municípios, conforme as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Apesar de o governo federal já ter editado Medida Provisória (MPV n° 749/2016) para autorizar o repasse desses R\$ 1,94 bilhão de recursos do Fex

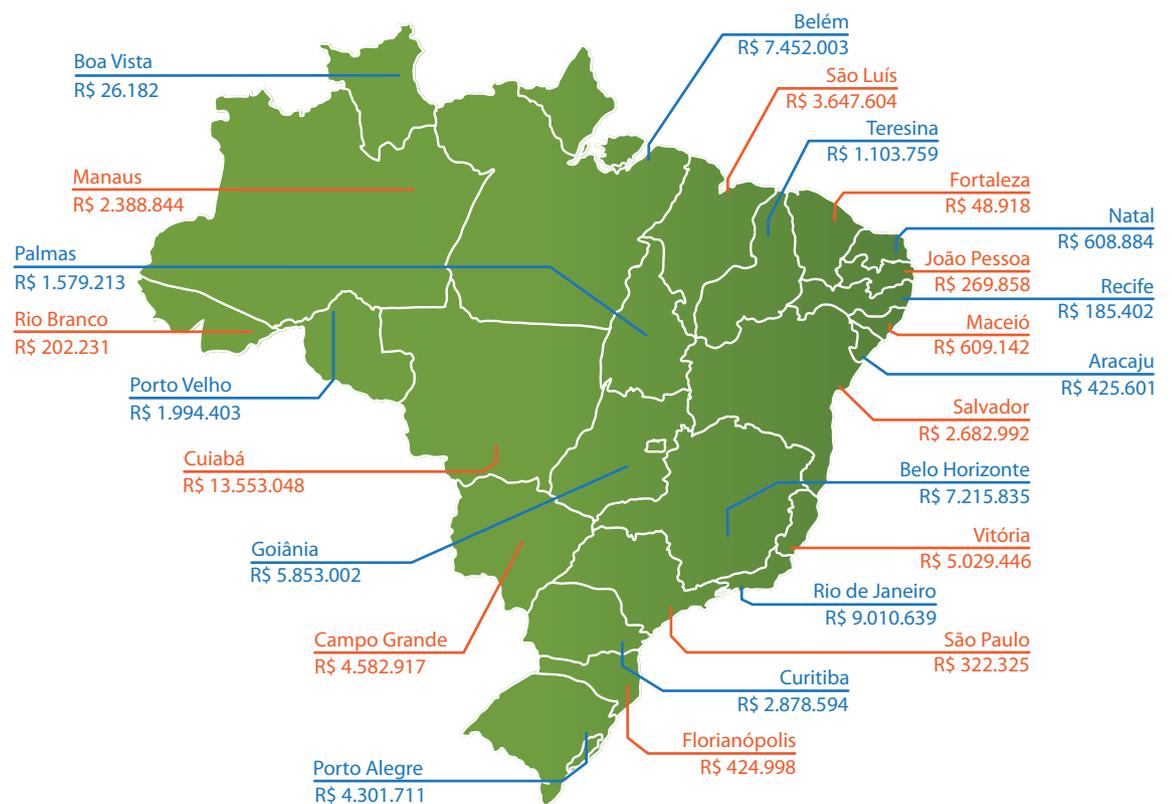
para estados, Distrito Federal e municípios, a Lei Orçamentária Anual (LOA), de 2016, previa apenas R\$ 10 milhões de repasse do Fex. A MPV 749 também define os valores que cada estado irá receber e eles, por sua vez, irão dividir tais montantes com os municípios, conforme os critérios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

## Reunião Geral

Durante a Plenária de Prefeitos da 70ª Reunião Geral da FNP, realizada dias 28, 29 e 30 de novembro, em Capinas/SP, a questão do Fex foi abordada no sentido de os prefeitos continuarem a mobilização para que o PLN 47/2016, que abre disponibilidade orçamentária para o repasse desses recursos, seja apreciado e aprovado em Sessão Conjunta do Congresso Nacional.

“Nós vamos a Brasília em busca de atenção do governo federal para as angústias dos prefeitos diante do fechamento de contas”, falou o prefeito Marcio Lacerda durante a 70ª Reunião Geral ■

## REPASSE FEX PARA CAPITAIS COM BASE NO ICMS



# PEC dos Precatórios foi aprovada e segue para promulgação

Após liberação da comissão especial no dia 22 de novembro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 30 do mesmo mês, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/16. O texto, que regula o pagamento de precatórios e permite a utilização de depósitos judiciais existentes em nome de municípios, estados e União, será promulgado em uma sessão solene do Congresso Nacional, prevista para o dia 15 de dezembro.

Líderes da FNP estiveram mobilizados, no dia 30, em Brasília/DF, para sensibilizar parlamentares. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, se comprometeu com os prefeitos pela celeridade na votação da PEC. “Os prefeitos têm prioridade sempre”, falou.

A mesma PEC autoriza o uso de depósitos judiciais para o pagamento de precatórios de estados até 31 de dezembro de 2020. A partir dessa data, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), essas dívidas deverão estar quitadas.

Ainda de acordo com o texto da Proposta, fica permitido o uso de até 75% do montante dos depósitos judiciais ou depósitos administrativos

nos quais estados, Distrito Federal ou municípios sejam partes e de até 20% dos demais depósitos judiciais privados para pagamento dos precatórios de estados e municípios. O uso dos depósitos judiciais contribuirá com o financiamento de aproximadamente 20% do total dos débitos de precatórios dos estados e municípios, estimado em R\$ 97 bilhões pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), segundo dados de 2015.

De acordo com a prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, a aprovação da PEC irá beneficiar diversos municípios. “Nós acreditamos que estamos chegando ao final de uma luta que vai beneficiar mais de 900 municípios no Brasil, e, de modo preferencial, àqueles que têm dívidas que não se pagam até 2020”, falou a prefeita, no dia 23 de novembro. Para ela, a PEC vem em boa hora e vai permitir que os prefeitos que vão assumir os mandatos em janeiro, possam ter uma realidade diferente.

## A PEC

A proposta teve origem na PEC 74/15, aprovada no ano passado pela Câmara dos Deputados e modificada

depois pelo Senado (PEC 159/15), que reduziu de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas – dívidas em que o poder público não faz parte. Ficou prevista a criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

## Atuação da FNP

A FNP promoveu várias discussões ao longo dos anos para debater alternativas para o pagamento de precatórios. Entre as ações estiveram reuniões com parlamentares, com os presidentes da Câmara e Senado, além de audiências públicas. O tema foi tratado, ainda, durante a 68ª Reunião Geral da FNP, realizada em outubro de 2015, em Brasília/DF, e foi também um dos pontos abordados na Carta dos Prefeitos da FNP entregue aos Três Poderes da União e na Carta da 70ª Reunião Geral da FNP, realizada em novembro de 2016, em Campinas/SP.

Além do Executivo, deputados e senadores também foram mobilizados pela FNP em seus gabinetes em busca de apoio na aprovação do texto ■

## COM A PROMULGAÇÃO DA PEC



Uso de até 75% do montante dos depósitos judiciais ou depósitos administrativos nos quais estados, DF e municípios sejam parte.

e

até 20% dos demais depósitos judiciais privados



Ampliação do uso dos depósitos judiciais que contribuirá para financiar 20% do total de débitos com precatórios



Os estados e os municípios poderão financiar, até o final de 2020, mais da metade de seus estoques de precatórios.



Débitos em precatórios não são computados no cálculo do limite de endividamento global



Realização de empréstimos sem comprometer investimentos em infraestrutura, saúde e educação.



Previsão de sequestro de valores, com bloqueio, se necessário do FPM e FPE



Quitação integral até o final do exercício de 2020

## Prefeitos levam conclusões da 70ª Reunião Geral ao ministro da Fazenda e ao presidente da Câmara



Reunião com ministro da Fazenda aconteceu no dia 30

Medidas de ajustes devem ser propostas pelo governo federal como alternativa aos municípios diante do atual cenário de crise econômica. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 30 de novembro, em Brasília/DF, durante audiência, que foi um dos desdobramentos da 70ª Reunião Geral da FNP.

Na reunião, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, e os prefeitos

de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana; de Guarulhos/SP, Sebastião Almeida, vice-presidente estadual – SP; de Campinas/SP, Jonas Donizette; Manaus/AM, Arthur Virgílio; e de Palmas/TO, Carlos Amashta, apresentaram a carta elaborada durante a 70ª Reunião Geral. O documento indica a necessidade de busca por soluções coordenadas entre municípios, estados e União e contempla uma série de demandas emergenciais e

estruturantes para o fechamento de contas deste ano.

De acordo com Lacerda, o ministro Meirelles se mostrou atencioso às questões elencadas pelos prefeitos. “Colocamos, que como cidadãos, entidade e prefeitos, entendemos que sem crescimento econômico não teremos solução para os impasses que temos enfrentado neste momento de fechar as contas”, explicou.

A expectativa é que o governo federal se empenhe para que avancem, no Congresso, questões importantes, que já vêm sendo trabalhadas pela FNP, como a necessidade de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as multas incidentes sobre os valores da repatriação.

Sobre a LRF, Lacerda afirmou que só depende do Ministério da Fazenda a alteração, que os prefeitos tanto querem, na redação do artigo 42, “tipificando melhor

o que são restos a pagar”. O presidente da FNP também declarou que a entidade defende o acréscimo de um dispositivo, conforme já previsto no artigo 66 da própria LRF, que trata de algumas exceções de despesa de pessoal e dívida fundada.

## Na Câmara

A carta da 70ª Reunião Geral da FNP também foi apresentada ao presidente da Câmara, o deputado

Rodrigo Maia, em reunião no dia 30. Participaram do encontro os prefeitos Marcio Lacerda, Antônio Pannunzio, Sebastião Almeida e Jonas Donizette, que estiveram mobilizados para sensibilizar o parlamentar para célere votação da Proposta de Emenda à Constituição 233/16 (PEC dos Precatórios), aprovada no mesmo dia, em dois turnos. A matéria será promulgada em uma sessão conjunta do Congresso Nacional ■



Presidente da Câmara disse que está atento às demandas dos municípios

# Fechamento de contas e desafios para as novas gestões municipais

Mais de 60 prefeitos atuais e eleitos para mandato 2017-2020 participaram do evento, realizado em Campinas

## Prefeitas e Prefeitos se mobilizam para encerramento dos mandatos

**A**ngustiadados com o fechamento de contas de 2016, governantes municipais debateram algumas alternativas para o encerramento de mandatos, durante a Plenária de Prefeitos Atuais da 70ª Reunião Geral da FNP, realizada no dia 28 de novembro, em Campinas/SP. Além de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o grupo falou sobre o novo regime de pagamento de precatórios, o processo de repatriação de recursos, o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (Fex), os depósitos judiciais.

Ainda na ocasião, o prefeito anfitrião, Jonas Donizette, abriu oficialmente as inscrições do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), dando início, também, à mobilização para o evento com a #EMDSouvou. (Saiba mais na página 11).

A 70ª Reunião Geral da FNP é uma realização da Frente Nacional de Prefeitos, com apoio da prefeitura de Campinas/SP e apoio especial da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), do Build Your Dreams (BYD) e da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Patrocinam o evento a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Alphaville Urbanismo, Huawei, Consórcio Intermunicipal Grande ABC, Caixa e Banco do Brasil.

### Precatórios e Depósitos Judiciais

A prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, desta-

cou a importância de os prefeitos continuarem buscando apoio dos parlamentares e líderes de partidos no Congresso Nacional para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233/16) seja aprovada, sem modificações, na Câmara dos Deputados.

### Repatriação de recursos

Diante da disputa dos prefeitos pelos valores da multa do programa de repatriação, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), em favor dos municípios.

Segundo o prefeito de Jaboatão dos Guararapes/PE, Elias Gomes, é importante que os prefeitos continuem ingressando com ações na primeira instância da Justiça Federal. “A atitude do governo federal é discriminatória com os municípios, ao negociar o repasse do valor das multas apenas com os estados”, ressaltou o prefeito.

### FEX

Durante a Plenária, a questão do Fex foi abordada pela FNP com os prefeitos, no sentido de eles continuarem a mobilização para que o Projeto de Lei (PLN) 47/2016, que abre disponibilidade orçamentária no valor de R\$ 1,94 bilhão para o repasse desses recursos, seja apreciado e aprovado na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. (Saiba mais na página 4).

### ISS

O prefeito anfitrião, Jonas Donizette, destacou a importância da votação, ainda este ano, do PLS 386/2012, sobre reforma do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (Saiba mais na página 4). “O projeto, que está para ser votado no Senado, abrange ISS de conteúdo digital. O cálculo que se faz desse montante para cidade de São Paulo,



Fechamento de contas foi pauta do primeiro dia

por exemplo, é de R\$ 600 milhões. É uma receita muito boa, em um momento que não conseguimos aumentar impostos”, declarou.

### LRF

Lacerda destacou a articulação da FNP também em relação à necessidade de adequações na LRF, em especial no que diz respeito ao artigo 42, sobre os restos a pagar. “Apesar de ser uma demanda ab-



Prefeitos debateram adequações na LRF

solutamente justa, nós ainda continuamos pendurados neste assunto”, disse, confirmando que os critérios para verificação do cumprimento do artigo 42 são controversos e geram insegurança jurídica aos prefeitos sobre a contração da obrigação de despesa.

### Decreto de calamidade pública

Diante das dificuldades dos municípios brasileiros, mais de 30 cidades decretaram calamidade financeira, como uma forma de prevenção contra ações do Ministério Público e Tribunais de Contas.

### Repases da Saúde

O presidente do Conselho Na-

cional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira, relatou aos prefeitos que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que os recursos do Piso da Atenção Básica Variável (Pab Variável) e do Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) serão repassados aos municípios em dezembro.

“Estamos acompanhando muito de perto, porque interessa para todos os municípios e qualquer alteração vamos comunicá-los por meio da FNP”, falou Junqueira. Esse pagamento, que poderá ser antecipado de 10 janeiro para 27 de dezembro, é importante para o fechamento de contas nos critérios da LRF. Entre os desdobramentos do tema, os prefeitos sugeriram que

fosse elaborado um ofício, reafirmando a importância dos compromissos assumidos pelo ministro.

O grupo de governantes locais também falou sobre o subfinanciamento da saúde e das dificuldades que eles têm com relação aos encargos de diversos serviços e urgência e emergência, sem contar na importância da redistribuição do bolo tributário. “Sorocaba destina 32% do orçamento à Saúde, enquanto que a União aplica apenas 13,2%”, falou o prefeito Antônio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP.

### Transição

Além da preocupação com o

fechamento de contas, o prefeito Marcio Lacerda destacou a importância de um planejamento para as transições dos mandatos. “Em Belo Horizonte nós vamos deixar, documentadas, as informações para o prefeito, de forma mais ampla possível, e disponibilizada no site da prefeitura”, contou.

### Assinaturas de documentos

Durante a abertura da 70ª Reunião Geral foram assinadas três importantes parcerias para o desenvolvimento dos municípios. Com o Sebrae/Pernambuco, a FNP firmou acordo de cooperação para o desenvolvimento do “Programa de Modernização Administrativa e Tributária dos Municípios (PMAT) para o desenvolvimento local com foco nos municípios do g100 - Pernambuco”.

Com o ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade, a FNP assinou o termo de Cooperação para desenvolver, no Brasil, ações conjuntas para o fortalecimento e promoção local da sustentabilidade, qualidade urbana e proteção ambiental.

No âmbito do IV EMDS, foi assinado o termo de Parceria para a realização da II Conferência Internacional Cidades Sustentáveis conjuntamente com o IV EMDS. A Conferência é uma iniciativa da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social ■



Repases da saúde também estiveram na pauta

# Prefeitos levaram governantes locais para a 70ª Reunião Geral da FNP

de 28 a 30 de novembro. No encontro foi redigida uma carta (íntegra do documento nas páginas 2 e 3).

## Governador de SP debate, com eleitos e reeleitos, desafios para as novas gestões

No dia 29 de novembro, prefeitos eleitos e reeleitos debateram as principais angústias municipais com o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. Além dos eleitos em São Paulo/SP, João Dória, e Rio de Janeiro/RJ, Marcelo Crivella, outros futuros governantes municipais participaram da plenária. O governador destacou a relevância da FNP ao evidenciar a importância e responsabilidade dos prefeitos. “Muitos dos problemas dos municípios são comuns e nós temos feito uma boa parceria com a FNP”, disse, lembrando temas em que os estados trataram de maneira conjunta com os municípios.

O governador também alertou que a saúde pública continuará sendo um nó nas administrações municipais, diante do envelhecimento da população, e da crescente judicialização. “Acho que a questão do financiamento da saúde vai se agravar. O governo federal, discretamente, tem saído do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Precisamos trabalhar junto à União para corrigir a tabela”, completou.

Diante da crise econômica, o vice-governador de São Paulo, Márcio França, se solidarizou com os municípios no momento do fechamento de contas, com os critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). “Peço que vocês enviem este documento aos Tribunais de Contas para que avaliem as contas municipais com mais generosidade. Se forem usar o rigor de sempre, certamente teremos centenas e centenas de

pessoas excluídas da vida pública.

Reforçando a importância da valorização dos municípios frente à tomada de decisões estratégicas e a urgente instituição de uma mesa federativa plena entre municípios, estados e União, os novos prefeitos afirmaram apoio às pautas defendidas pela FNP. “A cidade de São Paulo/SP estará ao lado da FNP para apoiar, politicamente e institucionalmente, com a força e a voz de uma cidade de 12 milhões de habitantes”, falou João Dória.

### Perspectivas para os novos governos

O economista José Roberto Afonso, um dos idealizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), falou aos prefeitos sobre alternativas para o desafio de governar municípios no próximo ano. Para ele, investir em receitas próprias, mesmo sendo uma medida impopular, é o caminho. “Já há um espaço grande para se melhorar a arrecadação própria do país. Em 93% das cidades, a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é maior do que a do IPTU. Eu não tenho dúvidas, existem vários dados e indicadores sobre o potencial do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Sobre a LRF, o economista destacou que deveria ter sido instituído um Conselho de Gestão Fiscal, que está previsto em Lei, para debater o artigo 42, evitando interpretações divergentes. “Cada tribunal de con-

tas tem uma interpretação e, de fato, para este ano é uma situação ainda mais peculiar: é um final de man-



Financiamento da saúde e educação preocupa os eleitos

dato com recessão”, alertou. Esse é o mesmo entendimento da FNP.

O aumento do desemprego como uma das causas para o deslocamento crescente de alunos da escola particular para rede pública e pacientes de plano de saúde para SUS, também foi abordado pelo economista. “Há uma coincidência danosa de aumento da demanda e queda da receita e a proximidade da população com o prefeito aumenta a pressão.”

### Desafios para as novas gestões

Com o objetivo de oferecer um panorama sobre alguns temas, a segunda parte da Plenária de Prefeitos Eleitos e Reeleitos foi dedicada ao debate sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) e financiamentos do transporte público e dos serviços de limpeza urbana.

Na ocasião, o diretor do WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau apresentou os “Cadernos Técnicos para Projetos de Mobilidade Urbana”, realizados pelo Ministério das Cidades e com apoio técnico do WRI Brasil Cidades Sustentáveis e ANPTrilhos.

Como uma alternativa à ampliação das ações públicas e do financiamento para infraestrutura, o uso de PPPs foi apresentado pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins.

Segundo Martins, para que as cidades de médio porte tenham acesso a essa alternativa, será necessária a instituição de estruturas de apoio técnico, com parcerias envolvendo agências de fomento e bancos

estatais.

A Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) Municipal sobre os combustíveis esteve em pauta na apresentação do presidente da Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU), Otávio Cunha, como algo fundamental para a sustentabilidade do sistema de mobilidade urbana.

Cunha afirma que é necessária a busca pela melhoria no transporte público. “Há hoje uma pressão pelo não aumento de tarifa e pela melhoria de qualidade no transporte, o que são coisas conflitantes”, falou.

De acordo com o secretário municipal de Transportes de Campinas/SP, Carlos José Barreiro, a frota de veículos urbanos tem tido um crescimento desproporcional. “Isso tem trazido um sério problema para o transporte público, que é o

congestionamento das vias”, esclareceu.

Fechando os debates da tarde, o secretário do Verde de Campinas, Rogério Menezes, presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), outro serviço público de grande impacto para as finanças municipais é a limpeza urbana.

“A limpeza urbana está à beira de um colapso, em função da inadimplência de R\$ 7,56 bilhões”, disse. Segundo o secretário, os desafios para o financiamento desse serviço passam, obrigatoriamente, por uma discussão do subfinanciamento da política nacional de resíduos sólidos e pelas parcerias entre os setores públicos e privados ■



Economista José Roberto Afonso apresentou panorama

## Apoio a Chapecó

Antes de iniciar a reunião, prefeitos e participantes da 70ª Reunião Geral manifestaram apoio ao prefeito de Chapecó/SC, Luciano Buligon, e familiares das vítimas do acidente aéreo, que ocorreu no dia 29 e causou a morte de 71 pessoas. Um minuto de silêncio foi respeitado, em homenagem aos mortos e feridos. Um documento foi enviado a Buligon, reafirmando a solidariedade de todos os dirigentes da FNP.

Ao senhor  
Luciano Buligon  
Prefeito de Chapecó-SC

Consternados, os dirigentes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) registram sua solidariedade com familiares e amigos das vítimas e a toda a população de Chapecó-SC, diante da tragédia ocorrida nesta terça-feira.

Nós, prefeitas e prefeitos brasileiros, nos colocamos à disposição para auxiliar o município e demais autoridades a realizar o contato com os familiares dos envolvidos no desastre e no que mais for necessário para trazer o máximo de conforto e consolo neste difícil momento.

Reafirmamos, ainda, o compromisso de continuarmos apoiando a construção de cidades mais justas, solidárias, humanas e atentas às necessidades de seus cidadãos.

Marcio Lacerda  
Prefeito de Belo Horizonte/MG - Brasil  
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)



discutiram os desafios para o próximo mandato

## Prefeitos e representantes de cidades planejam mobilização para o IV EMDS

Engajados em contribuir no processo de mobilização para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), prefeitos e representantes de cidades discutiram, dia 29 de novembro, o planejamento para realização de reuniões preparatórias do evento. A agenda foi parte do segundo dia de programação da 70ª Reunião Geral da FNP.

Na ocasião, o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, apresentou aos participantes toda a estrutura de organização do IV EMDS, com detalhes sobre o temário que será debatido durante os cinco dias de atividades, além de informa-

ções sobre a expectativa de público. “A proposta é realizar 28 reuniões preparatórias, sendo a primeira dia 28 de janeiro, em Brasília/DF. O objetivo principal é mobilizar as cidades e garantir a pluralidade que o evento prioriza”, concluiu Perre.

Fortaleza/CE, Cáceres/MT, Salvador/BA, Cuiabá/MT, Vitória/ES, Recife/PE, Joinville/SC, Salto/SP, Boa Vista/RR, Serra Talhada/PE, Moreno/PE, Igarçu/SP, Poços de Caldas/MG, Manaus/AM, Montes Claros/MG e Cubatão/SP estavam entre as cidades representadas na reunião.

As inscrições para o IV EMDS foram abertas oficialmente pelo pre-

feito de Campinas, Jonas Donizette, no dia 28 de novembro, e podem ser realizadas, gratuitamente, pelo site [www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br).

### EMDS

O IV EMDS, que será realizado de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, terá como tema central dos debates “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”. A programação será marcada por atividades voltadas à promoção do diálogo com a próxima geração de prefeitos e prefeituras, totalmente alinhadas à vida e aos problemas dos municípios ■

### AGENDA PRELIMINAR DAS REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA O IV EMDS

Data	Local
27 de janeiro	Brasília/ DF
	Santos/ SP
	Montes Claros/ MG
3 de fevereiro	Manaus/ AM
	Fortaleza/ CE
	Recife/ PE
10 de fevereiro	Salvador/ BA
	Cuiabá/ MT
	Campo Grande/ MS
17 de fevereiro	Curitiba/ PR
	Aparecida de Goiânia/ GO
	Campinas/ SP
24 de fevereiro	Rio de Janeiro/ RJ
	São José dos Campos/ SP
	Governador Valadares/ MG
10 de março	Belém/ PA
	São Luís/ MA
	Natal/ RN
17 de março	Aracaju/ SE
	Uberlândia/ MG
	Apucarana/ PR
24 de março	Vitória/ ES
	Belo Horizonte/ MG
	João Pessoa/ PB
31 de março	Joinville/ SC
	Porto Alegre/ RS
	São Paulo/ SP
	Poços de Caldas/ MG
7 de abril	Ribeirão Preto/ SP
	Juiz de Fora/ MG
	Palma/ TO

## Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS foi em Campinas



Representantes das cidades debateram os assuntos das salas temáticas

O prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, abriu, no dia 30 de novembro, em Campinas/SP, a 2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Mais de 40 representantes de fóruns e prefeituras se reuniram com o propósito de construir os temas das salas temáticas do IV EMDS.

Amastha destacou o fortalecimento do pacto federativo e pediu a união dos municípios para a busca de grandes conquistas. “Os novos prefeitos não podem perder os seus sonhos. Temos que lutar por mais recursos para podermos cumprir o que prometemos em campanha. O governo federal deve respeitar o prefeito. Fomos escolhidos pelo povo, e pensando nisso devemos construir um EMDS que trabalhe o municipalismo de forma sustentável, inteligente e integrada aos interesses municipais”, destacou o prefeito Amastha.

O vice-prefeito de Campinas/SP, Henrique Magalhães Teixeira, destacou a importância do EMDS na composição de novos modelos de cidades sustentáveis. “Que esta reunião se transforme em uma semente de boas ideias e elaboração de temas a serem debatidos no EMDS”, disse.

O coordenador de projetos e articulação institucional da FNP, Paulo Miotta, apresentou o EMDS e falou sobre toda a estrutura que envolve o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país: Conselho Curador, Coordenação

Política, Conselho Consultivo, Comissão Organizadora e Coordenação Técnica, com o apoio do grupo de trabalho composto por representantes da prefeitura de Belo Horizonte/MG.

Após a apresentação, os participantes foram divididos em pequenos grupos de discussão. Esses grupos debateram temas pré-elaborados na 1ª Reunião da Comissão Organizadora com a finalidade de detalhar a programação do EMDS.

### Participantes

Estiveram presentes na 2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha; prefeito de Cáceres/MT, Francis Maris, além de representantes de Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Porto Alegre/RS, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Recife/PE, Vitória/ES, Manaus/AM, Fortaleza/CE, Curitiba/PR, Guarujá/SP, Indaiatuba/SP, Montes Claros/MG, Maringá/PR, Mateus Leme/MG, Joinville/SC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Hiria, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), WRI Brasil, Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), CAIXA e Banco do Brasil ■



## São Paulo vence Prêmio Mayors Challenge 2016

Com um projeto que visa potencializar as políticas públicas relacionadas à cadeia de valor da agricultura local, São Paulo/SP recebeu, no dia 30 de novembro, na Cidade do México (México), o Prêmio Mayors Challenge 2016, promovido pela Bloomberg Philanthropies. A distinção, que identifica iniciativas municipais ousadas de promoção ao desenvolvimento urbano sustentável, recebeu inscrição de 290 cidades. Como vencedora, a capital paulista foi contemplada com um aporte de US\$ 5 milhões da entidade para implementar o projeto apresentado.

“São Paulo é uma cidade de diversas faces, visíveis na pujança de sua indústria, no seu comércio e na sua cultura. Para mim é um orgulho muito grande falar desta face pouca conhecida: a de 40 mil pessoas, que vivem na Zona Rural de São Paulo e que ainda esperam o reconhecimento do território rural como parte integrante da cidade”, afirmou o prefeito Fernando Haddad.

As outras quatro cidades finalistas foram Bogotá (Colômbia), com um projeto de educação no transporte escolar; Santiago (Chile), que mostrou a “Atividade física

nas escolas como forma de combater obesidade de estudantes e professores”; Guadalajara (México), com a apresentação de um banco de dados públicos para processos de licitação pública; e Medellín (Colômbia), que mostrou o “Banco na Quadra”, um banco que permitiria pequenas operações de crédito sem burocracia e que elimina a presença do agiota, normalmente ligado ao tráfico. Essas quatro cidades também receberam prêmios no valor de US\$ 1 milhão.

### Ligue os Pontos

A capital paulista concorreu com o projeto “Ligue os pontos”, uma plataforma digital que pretende potencializar as políticas públicas relacionadas à cadeia de valor da agricultura local, envolvendo produtores, distribuidores e consumidores. A ação tem o objetivo contribuir para facilitar e ampliar a distribuição do alimento produzido pela agricultura familiar até a mesa das crianças nas escolas, por exemplo. A proposta conecta as diversas ações da Prefeitura voltadas à geração de trabalho e renda com ênfase na agricultura, especialmente nas regiões mais periféricas da cidade ■

## Jonas Donizette participou de evento do MBC



Encontro comemorou 15 anos do Movimento

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), organização do terceiro setor que visa aumentar a competitividade sustentável do Brasil, em parceria com órgãos públicos, realizou no dia 23, em São Paulo (SP), o seu Encontro Anual 2016, comemorando 15 anos de contribuições para a sociedade. No evento, foi apresentada a plataforma colaborativa Mais Gestão e o projeto Brasil Digital, que visam melhorar a eficiência da gestão pública e a redução dos custos do país por meio do uso da tecnologia. Entre os cerca de 200 convidados presentes, estavam o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab,

prefeitos e secretários de várias cidades e líderes empresariais.

O prefeito de Campinas/SP, Jonas Donizette, esteve presente no evento representando a FNP. Já o prefeito de Recife/PE, Geraldo Júlio, falou da parceria antiga com o MBC e do projeto futuro de melhoria do ensino municipal. “Vamos implantar o programa de intervenção nas escolas, acompanhando o resultado aluno por aluno. Aqueles que precisarem de reforço terão um apoio especial e, com isso, a gente vai melhorando o resultado da educação na nossa cidade”, afirmou Júlio, citando a utilização da plataforma do Mais Gestão

para melhorar a qualidade do seu ensino municipal. De acordo com o prefeito, as parcerias de sucesso com o Movimento Brasil Competitivo acontecem desde o seu trabalho à frente da secretaria estadual de Planejamento de Pernambuco, na administração de Eduardo Campos.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, firmou uma parceria com o MBC para avançar na agenda da economia digital. “A partir de agora, o MBC passa a ser parceiro de todos nós que estamos na vida pública, para nos apoiar nessa empreitada de digitalização”, disse Kassab ■

## Debate sobre cidades resilientes integra programação da COP 22



Marcio Lacerda participou das atividades no Marrocos

A convite da Associação de Regiões de Marrocos (ARM), o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, participou, em Marrakech, dia 14 de novembro, do Fórum “Parcerias para o Financiamento de Territórios Resilientes”.

O debate foi parte da Cúpula do Clima para Líderes Locais e Regionais, realizada no âmbito da 22ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 22).

“É urgente estruturar os mecanismos de financiamento previstos no Acordo de Paris.

Há uma necessidade urgente de os países desenvolvidos entenderem não só como vender, mas como transferir tecnologia para países em desenvolvimento e pobres”, ressaltou Lacerda.

A importância de o governo federal dar protagonismo aos municípios em discussões de assuntos estruturais, como o financiamento da resiliência, também foi destacada pelo prefeito. “O financiamento das ações necessárias para aumentar a resiliência climática é crucial para os governos locais nos países em desenvolvimento, principalmente devido à vulnerabilidade preexistente dos territórios e aos limites orçamentários muito estreitos”, disse.

Na ocasião, Lacerda de-

clarou, ainda, a importância da FNP na articulação para a revisão do pacto federativo. “Como uma federação, nós temos 27 estados e mais de 5500 governos municipais. Quanto aos municípios, 400 têm mais de 80 mil habitantes, que representam 60% da população e 75% do PIB brasileiro. Este universo é onde a FNP atua”, explicou.

### COP 22

Com o principal objetivo de regulamentar o Acordo de Paris, concluído no fim do ano passado, durante a COP 21, representantes de mais de 190 países definiram, durante a COP 22, os detalhes do acordo mundial, que tem como desafio frear o aquecimento do planeta. Além do Acordo de Paris,

também estavam em pauta na Conferência o uso de energias renováveis.

### Além da Crise

Dando continuidade à agenda internacional, o prefeito Marcio Lacerda esteve também em Harvard, nos Estados Unidos, para o VI *Lemann Dialogues - Beyond the Crisis*. No encontro, o presidente da FNP participou, dia 18 de novembro, do painel “Administrando cidades, prestando serviços e confrontando desigualdades”.

O debate foi uma abordagem das questões que envolvem a governança e a prestação de serviços em grandes e pequenas cidades, com enfoque nas desigualdades territoriais e de grupo na distribuição de bens, serviços e oportunidades ■

## Marcio Lacerda palestra em seminário sobre desenvolvimento urbano

Ronie Lubato / Divulgação



Presidente da FNP falou sobre planejamento das regiões metropolitanas

O prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, foi um dos palestrantes no Seminário Internacional de Desenvolvimento Urbano, realizado no dia 30 de novembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília/DF. No evento, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), Lacerda abordou temas relacionados à gestão metropolitana e falou sobre o “vazio institucional” que existe na questão, citando o caso da capital mineira.

“O principal problema é que as regiões não têm orçamento vinculado, deixando vazio no gerenciamento, planejamento e funcionamento da região metro-

politana”, explicou o prefeito de Belo Horizonte, destacando que a região metropolitana da cidade é formada por 34 municípios e uma população de mais de cinco milhões de habitantes, a terceira maior do país.

Ainda segundo Lacerda, o arranjo institucional para a gestão e planejamento é composto pelos órgãos de gestão, a Assembleia Metropolitana e o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e órgão de suporte técnico, e a Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Já o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) e o Fundo de

Desenvolvimento Metropolitano são instrumentos destinados ao planejamento e ao suporte financeiro.

Além de Lacerda, palestraram no seminário o coordenador de Operações Setoriais do Banco Mundial, Paul Procee, e o superintendente de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis/SC, Cassio Taniguchi.

### Prêmio Lúcio Costa

O prefeito Marcio Lacerda foi premiado na categoria Personalidade, da 2ª Edição do Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação. A premiação é destinada à personalidades e entidades que se destacam por fomentar o desenvolvimento urbano brasileiro.

Lacerda foi reconhecido por sua gestão em prol do desenvolvimento sustentável e investimentos para a melhoria da mobilidade urbana da capital mineira, com ações como a implementação do MOVE, um sistema de BRT; do sistema Bike BH e a ampliação da rede de ciclovias, ciclofaixas e bicicletários; e o Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte ■

## Presidente da FNP defende Cide Municipal durante Etransport

Questões relacionadas à mobilidade urbana voltaram a ser abordadas pelo prefeito de Belo Horizonte e presidente da FNP, Marcio Lacerda, durante o 17º Etransport - Congresso sobre Transporte de Passageiros. O evento foi realizado pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), de 23 a 25 de novembro, na capital fluminense.

“A gestão da tarifa do transporte público é local, mas o desafio da mobilidade urbana e metropolitana é federativo”, destacou Lacerda. O prefeito, que participou do painel “Situação da mobilidade urbana do país: como evoluir?”, defendeu a criação da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) Municipal, por meio de alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 179/2007.

Conforme justificou o presidente da FNP, os congestionamentos acarretam em elevação da tarifa dos transportes coletivos,

por isso o transporte individual motorizado deve participar do financiamento do transporte público. “Um acréscimo de R\$ 0,10 no preço da gasolina/álcool reduziria cerca de R\$ 0,30 no valor da tarifa. A proposta é deflacionária, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas”, explicou Marcio Lacerda, ratificando que o custeio do transporte público por meio da tarifa é insustentável. De acordo com dados apresentados pelo prefeito, os automóveis consomem 78% do espaço público e transportam 33% da demanda de deslocamentos.

O Etransport reuniu este ano cerca de 11,5 mil participantes em 13 painéis, dois fóruns, um seminário e um Encontro Jurídico. “Esses números nos dão a certeza de ter agido de forma correta ao manter esses já tradicionais eventos, em momento de crise, que afeta não só o nosso país, mas todo o cenário mundial”, declarou o presidente executivo da Fetranspor, Lélis Teixeira ■

## Prefeitos eleitos e reeleitos do estado do Rio de Janeiro são convidados para o IV EMDS

O prefeito de Três Rios/RJ, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, Vinicius Farah, participou, no dia 24 de novembro, do 4º Encontro de Prefeitas e Prefeitos Eleitos do Estado do Rio de Janeiro. Farah convidou a todos a participarem do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que será realizado no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF, de 24 a 28 de abril de 2017.

Ex-prefeitos, prefeitos em exercício, assessores e técnicos que compõem ou irão compor as próximas equipes de gestão municipal participaram do evento, promovido pela Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (AEMERJ).

O presidente da AEMERJ, Anderson Zanon, deu as boas vindas



Vinicius Farah falou em nome da FNP

aos presentes e em especial aos novos prefeitos, e encorajou a todos a enfrentar com disposição e criatividade as gestões dos seus municípios.

O presidente da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro, Orlando Diniz, destacou a importância do desenvolvimento de parcerias institucionais com o poder público e deu como exemplo

as que vigoram no município do Rio de Janeiro, na área de segurança, e na construção dos Mapas do Comércio no estado.

Representando o ministério do Meio Ambiente, o secretário de articulação institucional da pasta, Edson Duarte, ressaltou o poder local como grande parceiro do poder central, no papel de guardião da preservação ambiental ■

## Prefeita participa de debate sobre Controle de políticas públicas

A prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, participou, no dia 30 de novembro, como presidente de mesa da conferência de abertura do II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em São Paulo/SP. O evento contou com cerca de 500 participantes, entre prefeitos, deputados, corregedores, auditores, oficiais da polícia, conselheiros de Tribunais de Contas, servidores públicos, professores e estudantes.

Em palestra, o ministro do Supremo Tribunal Federal entre 2004 e 2010, Eros Grau, alertou para o risco de insegurança jurídica gerado por decisões baseadas nos chamados princípios do direito e ressaltou a importância de os magistrados se basearem na lei escrita para fundamentarem suas decisões.

De acordo com Grau, ao fa-

lar especificamente das políticas públicas e dos Tribunais de Contas, os órgãos de controle e os demais Poderes não podem tentar avançar sobre a competência do Executivo. Aos administradores, cabe propor e executar as políticas públicas. Os Tribunais de Contas, por sua vez, têm a competência de “avaliar o cumprimento das metas de implementação dessas políticas públicas”.

“O ministro retratou muito bem a importância dos tribunais de contas no acompanhamento do exercício público e a importância destes órgãos no aprimoramento das gestões municipais”, falou Antonieta.

### Índice de Efetividade da Gestão Municipal

Ainda durante o evento, foi divulgada, no dia 2 de dezembro, a metodologia do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), com os dados já disponíveis no site do IRB ■

## Índice aponta o nível de bem-estar urbano dos municípios brasileiros

O Observatório das Metrôpoles, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia está promovendo o lançamento do Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal), com o propósito de oferecer um instrumento para avaliação e formulação de políticas públicas. O índice apresenta o ranking inédito do bem-estar urbano para os 5.565 municípios brasileiros, a partir da análise de indicadores como mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimentos de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana.

O IBEU Municipal oferece, ainda, como recorte analítico, o ranking do bem-estar urbano das capitais dos estados. Os dados mostram que são grandes os pro-

blemas urbanos dos municípios brasileiros, talvez o principal seja o da infraestrutura urbana (pavimentação, calçamento, iluminação pública etc.).

Outro grande desafio são os serviços coletivos urbanos (atendimento adequado de água, de esgoto, de energia e coleta de lixo). O índice aponta, por exemplo, que entre os 100 melhores municípios referente às condições de bem-estar urbano, 84 deles localizam-se no estado de São Paulo; 11 pertencem ao estado de Minas Gerais; 4 se localizam no Paraná e 1 em Santa Catarina.

### Metodologia

O Observatório das Metrôpoles lançou, em 2013, o Índice de Bem-Estar Urbano com análises para as 15 principais metrôpoles bra-

sileiras. Agora o IBEU Municipal calcula a qualidade do bem-estar urbano para todos os municípios do país com informações no Censo Demográfico de 2010, que totaliza 5.565 municípios.

Segundo Marcelo Gomes Ribeiro, coordenador do levantamento, apesar da distância de seis anos entre a obtenção dos dados e a divulgação dos resultados, o IBEU Municipal ainda pode refletir as condições urbanas da maior parte dos municípios brasileiros, como são demonstrados por meio da atualização de alguns dos indicadores utilizados, que estão disponíveis para outras escalas de análise existente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), base de dados que também é construída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ■

## Abertas as inscrições para o IV EMDS

O primeiro dia da 70ª Reunião Geral da FNP, dia 28 de novembro, em Campinas/SP, foi marcado pelo lançamento oficial das inscrições do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). O cadastro inaugural simbólico foi realizado pelo prefeito anfitrião da Reunião Geral, Jonas Donizette, dando início, também, à mobilização para o evento com a #EMDSeuVou.

Os interessados em participar do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país já podem realizar sua inscrição no site do EMDS ([www.emds.fnp.org.br](http://www.emds.fnp.org.br)) ou no site da FNP ([www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)).

Com o tema “Reinventar o Financiamento e a Governança das Cidades”, o IV EMDS, que será realizado de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Bra-

sília/DF, abordará uma das principais angústias dos prefeitos que é justamente buscar novas receitas para os municípios. “Em Campinas, administramos hoje com o mesmo orçamento de 2012. O tema deste Encontro é justamente reinventar”, afirmou o prefeito Donizette ■



Prefeito de Campinas Jonas Donizette

## Prefeitos da FNP participam de debates do Smart City Expo & World Congress



Evento foi realizado em novembro, em Barcelona

Em busca de conhecer e compartilhar experiências exitosas na área de sustentabilidade, tecnologia e cidades inteligentes, integrantes da diretoria e filiados à FNP participaram, em Barcelona, das atividades do *Smart City Expo & World Congress*. O evento internacional, realizado de 15 a 17 de novembro, reuniu prefeitos, gestores públicos locais, regionais, nacionais e globais, formadores de opinião, instituições acadêmicas, centros de pesquisa, incubadoras, investidores e corporações.

O prefeito de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP foi um dos debatedores da plenária “Enfrentar os desafios emergentes

do desenvolvimento urbano sustentável”. “Somente compreendendo a complexidade e diferenças de cada cidade é que podemos implementar boas ideias, e neste encontro compartilhamos novas possibilidades para a construção de cidades integradas e inteligentes”, destacou.

Para o prefeito do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional, o conceito de cidade inteligente envolve investimento financeiro e comprometimento com a gestão. “Não podemos fazer grandes mudanças sem gastar grandes quantidades de dinheiro. As informações estão disponíveis, as tecnologias também, então as usem da melhor maneira possível.

Eu investi muito e gastei muito do meu tempo, enquanto prefeito, para tornar a cidade um pouco mais inteligente”, declarou Paes no debate “O caminho para cidades inteligentes”, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

### Visitas Técnicas

Além dos debates nas plenárias, os prefeitos brasileiros também participaram de visitas técnicas. O prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, conheceu o Eco-parc, um equipamento ambiental dedicado a tratar de forma abrangente resíduos da área metropolitana de Barcelona. “As políticas de gestão de resíduos sólidos podem e devem ser referência para os municípios brasileiros, que precisam, em um futuro bem próximo, dar uma destinação correta a esses resíduos. E Barcelona é um exemplo disso. Aqui os resíduos sólidos são transformados em energia elétrica, em adubos, materiais de construção”, contou.

Os governantes locais brasileiros também tiveram contato com o Transporte Metropolitano de Barcelona (TMB). De acordo com o prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, o sistema implantado

na cidade espanhola oferece boas referências, embora o contexto no Brasil seja “completamente diferente”. “Se nós tivéssemos o recurso à disposição, sem dúvidas nós poderíamos avançar muito mais. Esse tema do transporte deveria ser local, porque afeta o morador, mas, no Brasil, nós sabemos que há uma interferência muito grande do governo federal, que nos traz mais problemas que soluções, daí a importância de se lutar pelo pacto federativo, que é uma bandeira da FNP”, explicou Amastha.

No distrito comercial 22@, que também estava na programação de visitas sugerida pela FNP, o prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, ressaltou a importância

da experiência na reinvenção do espaço público e revitalização de áreas degradadas para o desenvolvimento da economia criativa em Barcelona. “O 22@ é uma bela experiência para a expansão do capital local, geração de emprego de qualidade e ao mesmo tempo de internacionalização da cidade. Vale a pena ser conhecida pelos novos prefeitos brasileiros”, disse.

Os prefeitos de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local da FNP, e o prefeito eleito de Aparecida de Goiânia, Gustavo Mendanha, também estavam na comitiva.

Os custos da viagem são financiados pelo convênio da FNP com *Smart City Expo & World Congress* ■

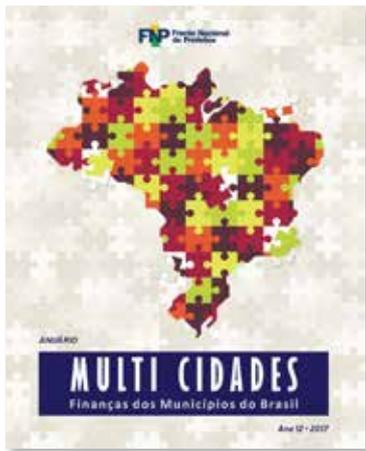


Prefeitos conheceram tecnologias inovadoras para as gestões municipais

# Anuário Multi Cidades demonstra que os municípios cortaram investimentos para enfrentar a queda das receitas

Os municípios brasileiros destinaram para saúde, em 2015, R\$ 25,7 bilhões a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal, o equivalente a toda arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O dado emblemático está no Anuário Multi Cidades - Finanças do Brasil - Ano 12-2017, lançado no dia 28 de novembro, durante a 70ª Reunião Geral da FNP.

A publicação é uma parceria da



FNP com a Aequus Consultoria já reconhecida como um instrumento de transparência das finanças municipais. Além de dados sobre saúde, o Anuário contém também os mais relevantes números sobre receitas, despesas, educação e outras áreas da administração pública, com conteúdo voltado a fomentar as discussões sobre o pacto federativo.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, a edição do Anuário traz informações que revelam, com clareza, o impasse que os municípios estão vivendo. “A demanda por serviços públicos tem aumentado, mas receitas não estão acompanhando esse cenário”, declarou Lacerda.

De acordo com o economista da Aequus, Alberto Borges, “desde 2002 (quando começou a série histórica do Anuário), nenhum grupo de prefeitos sofreu um processo tão adverso no que diz respeito à geração de receitas



Publicação foi lançada durante a 70ª Reunião Geral da FNP em Campinas

como o do mandato que se encerra este ano”.

Com relação aos investimentos, é possível verificar que a forte queda das receitas correntes, diante da inflexibilidade das despesas, notadamente das de pessoal e dos recursos vinculados às áreas de educação e saúde, le-

vou os governos locais a um corte significativo nos investimentos.

O volume investido em 2015 pelos municípios correspondeu, em média, a 8,9% da despesa total, a menor fatia desde o início da série analisada pelo Multi Cidades. Em educação, por exemplo, houve uma redução de 1,7%,

em 2015, a primeira em 11 anos.

A 12ª edição do Anuário Multi Cidades tem o patrocínio da prefeitura de Aparecida de Goiânia/GO, BH Iluminação Pública S.A., Banco BMG, MRV e Banco Santander, e está disponível para download no site da FNP ([www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)) ■

# O ABC É

# GRANDE

## COM O NOSSO TRABALHO.

Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 26 anos construindo o desenvolvimento regional. [/CONSORCIOABC](http://www.consorcioabc.org.br)